

COMO OS DISPOSITIVOS DE PODER COLONIAL OPERAM NA CONSTITUIÇÃO E REITERAÇÃO DE UM SUJEITO HEGEMÔNICO

***Eixo Temático ET 25 - Insurgências de Corpos e Saberes: Perspectivas Pedagógicas
Decoloniais e Queer (Cuir) na Construção de Poéticas Outras da Revolta***

Alax Wyllian dos Reis Santos¹

Edgar de Barros Santos²

Lucas Eduardo Souza Assunção Lopes³

Marco Antônio Torres⁴

Margareth Diniz⁵

RESUMO

Por intermédio de um modelo de sociedade implementado no período colonial, as relações humanas seguem sendo permeadas por regimes regulatórios de dispositivos de poder. Nesse sentido, os indivíduos ainda são classificados e diferenciados dentro de uma norma, que coloca em posição de abjeção os corpos dela desviantes. O presente trabalho pretende problematizar essas relações de autoridade e sujeição, estabelecidas dentro do espectro de gênero, raça e sexualidade, que operam na constituição de um sujeito hegemônico nas relações sociais.

Palavras-chave: Poder; gênero; raça; sexualidade; sujeito.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre as noções de poder perpassam diferentes espaços da sociedade. Foucault (1995) ao discutir as relações entre sujeito e poder, sugere que esse poder não é exercido por uma instituição superior, mas que se constitui na relação entre os indivíduos. Na perspectiva Foucaultiana onde há poder, há resistência. Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir como esses dispositivos de poder operam na constituição de um sujeito hegemônico, debatendo as diferentes nuances que tecem as

¹ Mestrando da Universidade Federal de Ouro Preto (Mestrado em Educação/UFOP),
alaxwsantos95@gmail.com

² Mestrando (Mestrado em Educação/UFOP), edgar.barros@aluno.ufop.edu.br

³ Mestrando (Mestrado em Educação/UFOP), lucas.ealopes@gmail.com

⁴ Professor Doutor da UFOP, marcoatorres@ufop.edu.br

⁵ Professora Doutora da UFOP, margareth@ufop.edu.br

relações de autoridade e sujeição na nossa sociedade, desde a sua implementação no período colonial.

Para isso, utilizamos o referencial teórico encontrado em Foucault (1995; 1998), Quijano (2009), Costa (1989), Butler (2020), Kilomba (2020), Moura e Boarini (2012), Facchini (2011), Miskolci (2012), Vergueiro (2012), Almeida (2019) e Walsh (2012), no intuito de problematizar as categorias coloniais de gênero, raça e sexualidade, questionando a ficção de um sujeito universal, entendido como um homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão, magro e sem deficiência.

O objetivo deste resumo expandido é exemplificar como os dispositivos de poder colonial operam na constituição de um sujeito universal, por meio de uma inteligibilidade entre os corpos que importam (aqueles que podem ser lidos e compreendidos pela norma eurocêntrica e colonial) e os corpos sem importância, que neste resumo, entendemos como aqueles corpos marcados por suas dissidências de gênero, sexualidade, raça e demais marcadores sociais.

METODOLOGIA

O presente resumo expandido propõe como metodologia um levantamento bibliográfico e uma revisão teórica sobre as categorias de gênero, raça, sexualidade e sujeito tensionados a partir de pressupostos decoloniais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O sociólogo Anibal Quijano (2009), nos possibilitou compreender que os resquícios do colonialismo são sentidos ainda hoje, tais resquícios exercem influência na constituição do nosso modelo de corpo social. Conforme Quijano (2009), o período colonial foi marcado por uma divisão de classes que, seguindo o eurocentrismo como modelo linear de comunidade, dividia os indivíduos em superiores e inferiores. As pessoas negras/os e os povos originários foram submetidas/os a uma posição de subalternidade, instituída e mantida por meio de uma política escravagista, que as/os sujeitou a um poder exercido por aquelas/es considerados superiores.

A nossa sociedade sempre foi permeada pela necessidade de controle dos corpos, que levava à sistematização de diferentes formas de poder. No que se refere à realidade

brasileira, Costa (1989) traz uma perspectiva dessas tentativas de controle dos corpos, que iam desde as punições físicas, prisões e açoites, até o movimento de catequização e militarização da população. Nesse sentido, o intuito era controlar os indivíduos para que agissem em função dos interesses do Estado. O poder centrava-se nos indivíduos que tinham grandes posses, ou seja, aqueles pertencentes ao clero e os representantes do Estado. Os demais indivíduos, estavam à margem da sociedade, pertencentes a uma hierarquia inferior e conseqüentemente, submetidos ao comando de parte da população, considerada superior. Dessa forma, deu-se início às desigualdades sociais que, até os dias atuais, é influenciada por um modelo eurocêntrico de sociedade, onde a parte marginalizada da população ainda é representada em sua maioria por pessoas não brancas e divergentes de um modelo de corporalidade aceito por esse padrão social.

Imbricadas a essa discussão étnico-racial, posteriormente o movimento feminista traz o exercício de poder nas relações de gênero e sexualidades, pois dessa forma eram debatidas as narrativas das/os oprimidas/os, dentro de diferentes espaços de opressão. Butler (2020) ao analisar as ideias de importantes representantes do movimento feminista, como a escritora e intelectual Simone de Beauvoir, contesta algumas concepções previamente construídas que, na busca da liberdade feminina, acabavam por reproduzir a exclusão a outros diferentes grupos sociais. A construção da ideia de um patriarcalismo que coloca a mulher como sujeita ao poderio masculino, na concepção de Butler (2020) seria a proliferação de normas de gênero que são inclinadas sobre os sujeitos. Nesse sentido, a discussão levanta outra teia de execução de poder, que vai além do privilégio masculino que é exercido sobre as mulheres, mas também adere às perspectivas dos corpos considerados abjetos que, por não se enquadrarem nessas performativas de gênero, não são incluídas/os no corpo social. Nesse panorama, o poder é exercido pela heterossexualidade compulsória, e da produção de uma matriz heterossexual.

Grada Kilomba (2020), em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, relata a importância de contarmos as nossas próprias histórias, como possibilidades de se interromper, de se apropriar e de se transformar a história que contaram sobre nós. Como pessoas que foram colonizadas, racializadas, generificadas e enquadradas em rótulos de sexualidade, diversas histórias foram contadas sobre nós. Contou-se, inclusive, a ficção de um sujeito hegemônico – branco, europeu, cisgênero,

heterossexual, magro e sem deficiência – como “O” sujeito universal, enquanto o que se diferia desse enquadramento, passou a ser identificado como o “Outro”.

Uma via para tornar-se sujeito, (des)identificando-se com o lugar do “Outro”, estaria na possibilidade de narrar a si mesmo. Ao sair do lugar ocupado enquanto objeto de observação, para tornar-se pesquisador/a, narrador/a, contador/a de sua própria história e vivências. Do lugar do “Outro”, para o nosso lugar enquanto pesquisadoras/es. Sendo assim, ao tecer nossos projetos de pesquisa, saímos da posição de objeto, para reivindicar nosso lugar enquanto sujeitos-pesquisadoras/es.

Tal escrita de si, Kilomba (2020), vai nomear como um ato político. “Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história” (KILOMBA, 2020, p. 28). Diante disso, tal ato político se faz como uma possibilidade de resistência frente ao projeto colonial, que conduziu ao apagamento das nossas subjetividades, saberes e seres.

Kilomba (2020), citando bell hooks (1989), trará os conceitos de “sujeito” e “objeto”. Sujeitos seriam aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (KILOMBA, 2020, p. 28). Já os objetos, são definidos pelos outros, tendo suas histórias contadas a partir da “(nossa) relação com aqueles que são sujeitos” (KILOMBA, 2020, p. 28).

Kilomba então, irá identificar que o ato político de escrever é um ato de decolonizar-se, no qual aqueles que escrevem, podem se opor a “posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (KILOMBA, 2020, p. 28).

Dito isso, podemos entender o racismo, o sexismo e a homotransfobia no Brasil como contingências sociais vindas da mesma matriz colonial que se propagou como base das instituições sociais, das políticas e dos processos regulatórios do Estado brasileiro em sua busca nacionalista pelo ideal patriarcal de uma família branca, economicamente viável (COSTA, 1989), corporalmente e mentalmente higienizada (MOURA; BOARINI, 2012). Logica colonial que destrói a família negra por meio da escravidão, inferioriza

mulheres em detrimento a homens e homossexuais em detrimentos a heterossexuais por meio da higienização (COSTA, 1989).

Segundo Facchini (2011), já no Brasil dos anos de 1960 o processo de endurecimento do regime militar reprime violentamente o movimento estudantil, apesar de sua visibilidade aflorada no momento, por quase duas décadas. Nos anos de 1970, ganha visibilidade o movimento feminista e, na segunda metade da década, surgem as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo e do movimento homossexual, como o “Movimento Negro Unificado” e o “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, de São Paulo.

Se entre o século XVIII e XX a pedagogia, a medicina e a pastoral cristã criaram as verdades por meio da categorização dos sujeitos (FOUCAULT, 1988), no final do século XIX temos os próprios sujeitos, antes categorizados, se organizando (FACCHINI, 2011) na busca pela construção/desconstrução de saberes/verdades por meio de suas próprias experiências enquanto categoria. Sendo assim, esses grupos encontram a possibilidade de fazer frente e disputar espaço com discursos antes vindos unicamente de instituições sociais.

Levando em consideração os esforços teóricos na sistematização de saberes desses sujeitos subalternizados ao longo da história e que agora se organizam em movimentos sociais pujantes, como insurgências pedagógicas decoloniais, trazemos três conceitos:

1) O conceito de Heteronormatividade, importante para os estudos *queer*, tendo sido definido por Richard Miskolci, como uma “ordem sexual do presente na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou (...) para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2012, p. 15).

2) O conceito de Cisnormatividade, advindo dos estudos transfeministas e é definido por Viviane Vergueiro como algo que se alinha a heteronormatividade e que “se constitui pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgeneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis” (VERGUEIRO, 2016, p. 264).

3)

O conceito de Branquitude, trabalhado na obra do escritor Silvio Luiz de Almeida, a partir de sua conceituação sobre o racismo estrutural e da proposta de diálogo com a Psicóloga e pesquisadora da branquitude, Lia Schuman (2015), que compreendem este conceito como “uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN apud ALMEIDA, 2019, p. 48).

Entender esses conceitos como chaves e ferramentas decoloniais com as quais evidenciamos o caráter histórico, performativo e colonial do gênero, da sexualidade e da raça, não mais como um problema unilateral dos oprimidos, eximindo da discussão os modos como o poder opressor opera. Diante disso, faz-se necessário nomear e conceituar as estruturas que permitem engendrar uma ficção de sujeito universal a ser seguido e reiterado.

Para a intelectual decolonial, Catherine Wash (2012), resgatar essas memórias coletivas, reconstruí-las e revivê-las, por meio da escrita de saberes coletivizados, possibilitando centralidade à essas vozes dentro da educação e, inclusive, no ensino superior podem ser possibilidades para se exercer a prática decolonial política-epistêmica. Todavia, mais do que incluir de forma multiculturalista, o esforço advém da construção, do posicionamento e da procriação de pedagogias que abram gretas e formas “outras de estar, ser, pensar, sentir, mirar, escutar, teorizar e atuar, de con-viver e re-existir diante de momentos políticos complexos caracterizados por violências crescentes, repressão e fragmentação” (WALSH, 2012, p. 68).

CONSIDERAÇÕES

Diante de tudo o que foi proposto e teorizado, acreditamos que pensar as questões de gênero, sexualidade e raça de forma interseccional, fazendo uso das lentes decoloniais e dos estudos *queer*, transfeministas e antirracistas nos permite desmontar as epistemologias colonizadoras encarando/circunscrevendo a cisgeneridade, a heteronormatividade e a branquitude como tecnologias que prejudicam nossos corpos e corpos LGBTQIA+, mulheris e não brancos “através de processos de extermínio,

invisibilização e marginalização destas perspectivas não ocidentais sobre corpos e identidade de gênero” (VERGUEIRO, 2012, p. 266).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismos Plurais / Coordenação Djamila Ribeiro). ISBN: 978-85-98349-74-9.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3 ed. V. 5. N. 5. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FACCHINI, R. *Histórico de luta LGBT no Brasil*. Conselho Regional de Psicologia 6a. região - CRPSP. 2011. Disponível em: <http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico_o.aspx> Acesso em: 17 de ago. de 2021.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In DREYFUS H. & RABINOW P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. --(Série Cadernos da Diversidade;6).

MOURA, Renata Heller de; BOARINI, Maria Lucia. A saúde da família sob as lentes da higiene mental. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan. - mar. 2012, p. 217-235. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/MqGg77z8jvgvWwKydfRQCYD/?lang=pt&format=pdf>

f>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In SANTOS, S. B. MENEZES, M. P. Epistemologias do Sul. Portugal: Almedina, 2009.

VERGUEIRO, V. *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.